

ORÇAMENTO 2026 E A CORDA BAMBA DO SUPERÁVIT

Uma promessa ambiciosa. O Orçamento Geral da União para 2026 foi aprovado trazendo, no papel, a meta de um superávit primário de R\$ 34,2 bilhões – algo inédito após anos de contas no vermelho. Trata-se de um sinal de inflexão que não vemos há um tempo. O governo federal quer gastar menos do que arrecada, excluindo os juros da dívida, recuperando assim a confiança na gestão fiscal. Mas por trás do otimismo numérico esconde-se uma realidade menos triunfante.

O volume total do Orçamento (R\$ 6,54 trilhões) impressiona e, à primeira vista, sugere folga para atender a todas as demandas do país. Contudo, grande parte dessa montanha de recursos já está comprometida, circulando automaticamente para cumprir obrigações financeiras. Ele inclui o refinanciamento da dívida pública e outras operações que não se convertem em novos investimentos, escolas ou hospitais.

O que de fato move a vida do cidadão é apenas uma fração desse montante, que é o chamado orçamento primário, bem menor, onde estão concentrados os gastos com serviços públicos, salários, benefícios sociais, investimentos e programas de governo. E mesmo essa fatia sofre as amarras de um sistema engessado e altamente vinculado.

Mas o que é o orçamento? em essência, o Orçamento público anual é a lei que autoriza o governo a arrecadar e gastar

dentro de certos limites no ano seguinte. Por um lado, ele obedece a um cálculo matemático, é preciso estimar quanto dinheiro entrará para saber até onde se pode gastar. Por outro lado – e talvez principalmente – o Orçamento é uma escolha técnica e política, ou seja, um espelho de prioridades num contexto de recursos escassos.

Em termos práticos, cada real direcionado a uma área significa menos recursos para outra, a não ser que se opte por aumentar a carga tributária ou aprofundar o endividamento público. Assim, a elaboração do Orçamento é intrinsecamente uma arena de disputas distributivas. Decidir para onde vai o dinheiro público equivale a decidir quem será beneficiado e quem ficará à espera, em um país de desigualdades profundas e com inúmeras demandas sociais.

Retirando as despesas obrigatórias, resta pouco orçamento para gastos discricionários, aqueles que o governo pode de fato manejar e alocar conforme as prioridades do momento. Diante desse quadro, quando se fala em “cortar gastos” para equilibrar as contas, é preciso ter claro de que o governo não escolhe livremente onde cortar. O espaço flexível é reduzidíssimo e concentra-se justamente nesses gastos discricionários, por exemplo, investimentos em infraestrutura, custeio da administração, programas não obrigatórios. Se a arrecadação não atinge o esperado ou se alguma despesa obrigatória ultrapassa o limite estimado,

não há como escapar: o ajuste recai sobre o que pode ser contingenciado.

Esse delicado equilíbrio técnico se complica quando entra em cena o jogo político. O trajeto do Orçamento até virar lei passa pelo Congresso Nacional, onde o Executivo vê seu planejamento inicial ser dissecado e alterado pelos representantes do povo. Em teoria, é o saudável processo democrático de adequar o Orçamento às necessidades reais das diversas regiões e setores do país. Na prática, porém, abre-se a disputas federativas.

Não surpreende que, nesse contexto, a sanção do Orçamento de 2026 tenha vindo acompanhada de vetos presidenciais a partes das emendas do Congresso. O Presidente da República barrou cerca de R\$ 400 milhões em despesas incluídas pelos parlamentares – um montante diminuto frente aos trilhões do orçamento total, quase irrelevante do ponto de vista das contas agregadas. Mas o modesto valor esconde um simbolismo político importante. Ao riscar do texto orçamentário projetos escolhidos pelos congressistas, o Executivo enviou um recado: há limites na barganha pelo erário. O gesto expôs a tensão latente entre Planalto e Parlamento pelo domínio do último centavo livre. Afinal, a briga das emendas não é somente sobre equilíbrio fiscal, é uma disputa de poder entre o executivo e o legislativo.

Nestes termos, por que 2026 virou o “ano do superávit”? Porque ele concentra o

grande teste de credibilidade fiscal após uma década de déficits. Desde meados dos anos 2010, o Brasil gastava mais do que arrecadava, com economia fraca, desonerações, rigidez constitucional e alta das despesas obrigatórias, sobretudo a Previdência. A pandemia de 2020 piorou o quadro haja vista que o gasto emergencial explodiu, a dívida subiu e o espaço para investimento praticamente sumiu.

Em 2023, o país trocou o Teto de Gastos pelo novo arcabouço fiscal, que, em resumo, permite gastar mais se arrecadar mais, desde que cumpra metas de resultado primário. Nesse contexto, entregar superávit em 2026 seria a prova de que a nova regra funciona, ajudando dívida, confiança e abrindo espaço para juros menores. Falhar, ao contrário, reforçaria a desconfiança, elevaria o risco, pressionaria a moeda, manteria juros altos e geraria desgaste político.

Em suma, o Orçamento Público de 2026 revela-se muito mais do que um simples relatório contábil anual. Ele funciona como um sinalizador da capacidade do país de alinhar política e economia em torno de um objetivo comum, ao expressar o esforço de conciliar responsabilidade fiscal com as necessidades sociais. Nesse sentido, ele aponta que é possível buscar equilíbrio nas contas públicas sem abandonar o compromisso com a proteção dos grupos mais vulneráveis.

Para transformar regras e números em resultados que o cidadão perceba,

o governo precisará de gestão firme. Isso envolve executar o Orçamento com exatidão, reduzir desperdícios sem travar investimentos, acompanhar de perto receitas e despesas e negociar com o Legislativo de forma responsável para evitar retrocessos. Trata-se de um equilíbrio delicado, marcado pela pressão por mais gasto de um lado e, de outro, pelos limites legais e pela necessidade de preservar a credibilidade interna e externa.

Se o processo for bem-sucedido, o país pode avançar com inflação sob controle e juros mais baixos. Caso contrário, cresce o ceticismo, enfraquece a confiança nas instituições e reaparece o ciclo recorrente de promessas não cumpridas.

A sociedade brasileira assiste a este momento com justificada apreensão. O “ano do superávit” pode se tornar um marco de virada ou apenas mais um capítulo de frustração na crônica econômica nacional. Enquanto o tempo dirá se a meta fiscal de 2026 era viável ou uma miragem conveniente, uma lição já se desenha: não há solução fácil ou indolor para o impasse orçamentário. Somente com transparência, responsabilidade e planejamento de longo prazo poderemos sair do voo cego das emergências constantes e aterrissar num patamar de estabilidade.



Cleyson Silva dos Santos

Doutorando em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador na Fundação Juntos Podemos.